

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - 2022 - 1

A produção cartográfica de Alexandre José Montanha no Rio Grande de São Pedro: uma tentativa de atribuição de autoria.¹

(c.– 1773 – c.– 1780)

Rogério José Cordella Jr

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Resumo: Esse artigo tenta atribuir uma obra cartográfica denominada “Mappa Geografico” ao engenheiro militar Alexandre José Montanha. Foram levantados diversos argumentos que contribuem para tentar atribuir esse mapa, até então catalogado como anônimo, é do engenheiro militar em questão. Expõe-se a trajetória desse indivíduo desde Portugal até o Rio Grande de São Pedro, por meio da análise de alguns documentos que ajudam a explicar as motivações de sua vinda. Mostra-se seu papel dentro dos conflitos das coroas Ibéricas no final do século XVIII. Conclui-se que, levantadas as evidências iconográficas e paleográficas, o mapa provavelmente pode ser atribuído à Alexandre José Montanha.

Palavras-Chave: Cartografia; Rio Grande de São Pedro; Engenharia Militar; século XVIII; autoria

Abstract: This article tries to attribute a cartographic production named “Mappa Geografico” to the military engineer Alexandre José Montanha. Many arguments have been put forth to try to attribute this map, which to this moment is cataloged as anonymous, to the military engineer in question. It is shown the trajectory of this individual from Portugal to Rio Grande de São Pedro, by the analysis of some documents that help to explain the motivations of his arrival and actions within these lands. It is also shown his function in between the conflicts of the Iberic Crowns at the end of the eighteenth century. It is concluded that, within the

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

iconographic and paleographic evidences, this map has high chances of being attributed to Alexandre José Montanha.

Key-words: Cartography; Rio Grande de São Pedro; Military Engineering; eighteenth century; authorship

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XVIII a cartografia adquiriu uma grande importância dentre as mais diversas negociações entre as Coroas portuguesa e espanhola. Houveram diversos marcos importantes para a complexificação das técnicas corográficas ao longo desse período, estas tendo tido impacto determinante na organização geopolítica da América Meridional. Ao que tange o Rio Grande de São Pedro, as viagens de demarcação foram um meio de reconhecimento territorial importante tanto para o conhecimento territorial do que almejavam conquistar quanto para levar determinadas vantagens dentro das negociações dos gabinetes europeus entre as duas Coroas, além de serem utilizados dentro da inteligência delas.

Com essas experiências de campo em que os engenheiros militares faziam viagens rumo ao desconhecido – ou apenas conhecido abstratamente – esbarravam em diversos impasses, naturais e humanos, que mostrava o quão complexa era a tarefa de racionalizar um território milenarmente construído, seja por povos que o conheciam com maestria e que transitavam fluidamente por ele, seja por formações topográficas que ainda não eram de conhecimento luso-espanhol. A região meridional da América, ao final do século, se configurava em um verdadeiro laboratório de experimentos com relação a negociata de limites, a cartografia, bem como a definição de fronteiras, visto que as Coroas Ibéricas não mediam esforços para determinar os limites durante esse período.

Por esses fatores, torna-se importante aprofundar a análise histórica da trajetória de agentes que transitavam pela América. Os engenheiros militares que vinham, deixando suas famílias em terras europeias, tinham as mais diversas funções e estavam completamente alinhados com o projeto de império que se desenhava no final do século. Alexandre José Montanha não é diferente disso, e é situado no contexto de embate entre as Coroas que estavam se movimentando para delimitar suas posses nos confins da América Meridional. Sua trajetória adquire grande importância nesse conflito, visto que era uma das ferramentas

necessárias para o Vice-rei Marquês de Lavradio efetuar suas pretensões cartográficas dessa região.

Nesse sentido, encontrou-se ainda um mapa que está atualmente no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, que tem grandes similaridades ao mapa que Montanha entregou em 1780, também no Rio de Janeiro. Isso colabora muito para a “coleção” de mapas de Montanha, ajudando a entender um pouco mais do *modus operandi* português no que tange a cartografia ao final desse conturbado século.

1 MAPAS, SABERES E PODERES

1.1 Cartografia em perspectiva

A perspectiva corrente avança em um sentido de não limitar os mapas apenas como uma representação da realidade espacial ou material. Diferentemente do que se entendia na historiografia anteriormente, que tratava o mapa como uma imagem de referência a uma realidade, ou até mesmo como uma produção “neutra e objetiva” (OLIVEIRA, 2012, p. 71) atualmente muitos historiadores e geógrafos convergem em entender o mapa como um conjunto de percepções e imagens frutos do seu próprio ambiente, ou seja, de suas relações de poder e objetivos de ação política. Os mapas sendo donos de uma narrativa, situando-os em seus respectivos contextos e agentes envolvidos.

Na esteira desse pensamento, Matthew Edney (2007) coloca em um de seus trabalhos uma reflexão que é um dos pilares de pensamento da Nova História da Cartografia atualmente. Edney sugere que a abordagem dos mapas apenas de acordo com as regiões que eles representam, desconsiderando tudo que aquele artefato carregava consigo ao redor, diz muito pouco. Considera uma grande limitação das perspectivas da História da Cartografia do final do século XIX até a primeira metade do XX. Nesse sentido, entende que descobrir como tais mapas circulavam entre os meios *interimperiais*, quem o havia produzido e por qual(is) motivo(s), nos permite uma complexificação muito maior do entendimento do peso e significado das produções cartográficas. Dessa forma, propõe uma nova tratativa a esse tipo de fonte histórica, repensando extensivamente alguns conceitos tradicionais da História da Cartografia: Os mapas têm muito a ver com as pessoas que os criavam e consumiam, bem

como o contexto em que foram produzidos². Explorar esses mapas é também explorar indícios de espacialização da conquista, da efetiva territorialização de ambientes coloniais, de práticas sociais e de atividades econômicas. (OLIVEIRA, Tiago. 2012, p. 16).

A narrativa proposta por cada mapa depende muito das condições em que cada um foi feito, de quem o produziu e para que finalidade. Por isso é importante analisarmos o mapa como detentor de uma *intencionalidade* e de uma *narrativa* e entender um pouco mais de como essas informações podem ser abstraídas do que parece, ao passar dos olhos, uma bela gravura artesanalmente produzida. Os autores Denis Wood e John Fels (1986), em seu trabalho, sugerem que “cada mapa é uma síntese de signos e um signo em si próprio: um instrumento de *representação* – de objetos, eventos, lugares - e *persuasão*.”. O que é interessante de se apreender desses autores é justamente como eles não colocam apenas os *signos* sozinhos como detentores de todas as informações dos mapas, mas também os *códigos*. Estes últimos, afirmam os autores, se unem aos signos para elaborar fragmentos de um discurso cartográfico. A perspectiva presente nesse texto corrobora com a noção – vislumbrada até hoje – que esses *retalhos* de informação possíveis de serem apreendidos através da minuciosa e detalhada análise de um mapa, podem denotar a intencionalidade do discurso presente na fonte. Ou seja, que dependem de *convenções* de sua época, e “nunca estão livres de seus contextos culturais ou das motivações destes fatores”. Nesse sentido, se torna interessante analisar não apenas o que está em formato de gravura, mas também o que está textualmente representado, assim como, sem menos importância, os materiais utilizados para a produção cartográfica.

Os mapas que são trabalhados nesse artigo possuem pequenos desenhos, os quais são explicados em sua legenda o que significam para o autor. Se torna imprescindível analisar essas legendas e fragmentos mais “secundários” dentro desse contexto, pois estes entregam uma rede de informações que entram na análise do pesquisador que o manuseia. Inclusive, se torna um pouco problemático determinar quais são informações *primárias* e quais são *secundárias*. Pois, muitas vezes, o que está contido nos pormenores de um mapa pode demonstrar as mais diversas informações. Além da legenda e da gravura, os códigos e signos

² “Em particular, nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados. [...] Nós podemos então ver como os mapas da era imperial eram seletivamente apropriados para servirem como ícones nacionalistas e anti-coloniais. E podemos também ver com precisão como mapas eram utilizados como ferramentas de autoridade do Estado, ou como instrumentos de resistência. Mais importante, dessa forma, os mapas deixam de ser reflexos da sociedade e da cultura que os produziu, mas podem ser vistos claramente como contribuindo à constituição dessas sociedades e dessas culturas.” (EDNEY, 2007, p.49)

que não entram nessas categorias assumem incrível importância. Como, por exemplo, as técnicas utilizadas podem nos dar uma noção do período em que estes foram produzidos, por qual hierarquia, talvez até elucidar por quem ele foi utilizado e para qual propósito. Por exemplo, mapas extremamente detalhados, no caso do período estudado aqui, tem mais probabilidade de terem sido usados em negociações ou até para o estudo feito pelas Coroas Ibéricas para entenderem um pouco melhor onde seria mais interessante acionar uma ação beligerante dentro das Américas. Com o auxílio dos documentos que encomendavam esses mapas, dentre outro apanhado de fatores, podemos achar indícios desses contextos mencionados por Edney no que tange a América Meridional.

Esse debate está presente no trabalho de Tiago Kramer de Oliveira (2012), que, durante o início de sua tese, explora a ampla discussão corrente na desconstrução de mapas e nas abordagens para com esse tipo de fonte. Classifica a metodologia de análise de mapas utilizada em seu trabalho como uma que analise “o movimento pelos resíduos imperceptíveis à primeira vista. Ao mesmo tempo em que torna-se relevante como cada resíduo encadeia-se em uma lógica de sentidos que constroem o mundo como “imagem” e consequentemente impulsionam e justificam práticas, sentimentos, especializações.” (OLIVEIRA, 2012, p.70).

John Brian Harley (2009) elucidada em seu texto “Mapas, saber e poder” uma relação intrínseca da produção cartográfica como uma detentora de uma narrativa, ou até mesmo de várias, bem como uma forma de manipular o saber, através de sua iconografia. O esforço do autor se dá no sentido de ponderar de quais formas se pode visualizar a realidade de uma sociedade do passado analisando um mapa nas lentes dos dias de hoje. Dessa maneira, impossível seria um mapa não ser *político*, não apenas pelas informações que ele oferece mas também pelas informações que eles deixam de oferecer.

Entender a *linguagem dos mapas* pode possibilitar contemplar, por exemplo, quais formas de conhecimento, técnicas corográficas, perspectivas de mundo, aspirações políticas, haviam em um mundo longínquo do passado. Bem como permite entender de qual maneira se deformavam os mapas e para qual propósito. Harley afirma que por trás dos criadores de mapas, escondem-se relações de poder conjuntas, que criam suas próprias especificações. Inclusive coloca como um mapa pode defender uma perspectiva geopolítica (HARLEY, 2009, p. 10). Pode-se afirmar que algumas das distorções, muito presentes nos mapas do recorte cronológico desse trabalho, são intencionais e denotam um projeto que, no caso dos trabalhos analisados nesse artigo, as Coroas vislumbravam para suas ações futuras. Porém, de maneira

alguma, *todas* as distorções se dão por essa razão, principalmente no que tange o século XVIII. Isso porque essa ciência se encontrava em aperfeiçoamento e apresentava diversos desafios para com os territórios, ainda mais sendo muitos desses territórios recentemente conhecidos, ou, até mesmo, desconhecidos pelos engenheiros portugueses. Essa análise precisa ser feita aliada de fontes inseridas no mesmo contexto da criação do mesmo, como cartas régias, por exemplo, que ajudam a explicar as motivações da criação dos mapas estudados. Tão importante quanto analisar apenas o que está representado nessa forma de linguagem se dá em tentar perceber as minúcias, ou seja, os silêncios que estão por trás desse tipo de fonte. Tacitamente, o mapa esconde infinitas ramificações de conhecimento que tornam quase impossível o trabalho de dissecar a fonte por completo, ao menos em um trabalho de conclusão de curso. Essa é a questão mais fascinante da cartografia: muitas vezes o silêncio dos mapas fala mais que os próprios recursos escritos e imagéticos que existem dentro deles.

Ao final de um século marcado pelo aprofundado refinamento das técnicas cartográficas, saindo de um momento – do início do século XVIII – mais artístico, comercial e colecionador para um outro momento em que verdadeiramente mergulha-se no século das luzes e suas implicações. Esse “mergulho” incluiu aprofundamentos técnicos que estavam alinhados com os projetos geopolíticos das Coroas Ibéricas em suas colônias, e um grande exemplo disso são os mapas criados com objetivo, entre outros, de facilitar as negociações luso-espanholas dentro desse contexto ao longo do século. A obsessão pela exatidão, fruto da ciência ilustrada universalista que pairava naquele conturbado final de século, com certeza se refletiu nas mudanças dos mapas ao longo do tempo. Chegando, finalmente, ao período estudado no presente trabalho, em que verificava-se uma certa paranoia com representar por excelência cada légua do projeto de *imperium* presente no imaginário régio português.

As funções das produções cartográficas nesse período são bem conhecidas pelo entendimento historiográfico atual. A grosso modo, existiam mapas comerciais – que serviam para ampla reprodução e venda ao público dentro de um mercado interno de consumo de mapas, seja por mapas que eram encomendados para servir de decoração para membros distintos na sociedade, seja pelo público que consumia mapas muito repetidos – e mapas focados em representações com foco na precisão, que serviam principalmente para as coroas negociarem suas pretensões geopolíticas e para o próprio gerenciamento das atividades presentes na América. Nesse trabalho o debate vai se restringir apenas a alguns mapas de um

curto período, produzidos por um engenheiro cartográfico português que se tornou objeto de pesquisa: Alexandre José Montanha.

1.2 O contexto das disputas na América Meridional durante a segunda metade do século XVIII

Jeffrey Erbig (2015) comenta sobre os conflitos em perspectiva cartográfica em sua tese de doutorado, dizendo que tais disputas situadas nos limites imperiais eram produto tanto das tentativas dos cartógrafos de interpretar informações etnográficas, históricas e geográficas em favor de suas Coroas levarem vantagens em negociações bem como nas contradições existentes na escrita dos próprios tratados. Utiliza como exemplo disso tanto o Tratado de Madrid quanto o de Santo Ildefonso. (ERBIG, 2015, p.193). Sempre pontuando que as *borderlines*³ seriam imaginativas, reforçando a perspectiva que havia um problema intrínseco na definição de tais fronteiras: a já existência prévia tanto da secular ação luso-espanhola nas regiões e seus desdobramentos, tanto dos milenares povos originários que eram agentes nas disputas e se apresentavam como uma terceira força na ação ocupacional das Coroas. Inclusive, Erbig ainda pontua que os cartógrafos régios ainda procuravam determinar os povos independentes que controlavam a maioria das regiões em disputa como seus vassalos, em mais uma das tentativas de justificar sua ação territorial dentro de gabinetes europeus (ERBIG, 2015, p.196). Ao observarmos a mobilidade dos limites definidos nos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777) perceberemos o quão difícil era a definição de uma fronteira definitiva, e como esse processo, além de custoso e demorado, gerava consequências quase que imediatas em terras americanas. Nem mesmo os mais graduados membros régios de ambas as Coroas esperavam que, por exemplo, o Tratado de Madrid (1750) gerasse tantas consequências em seus anos seguintes, explodindo na Guerra Guaranítica logo após, e sendo anulado 11 anos depois pelo Tratado de El Pardo (1761).

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o extremo Sul da América foi palco de disputas sangrentas entre as Coroas por razão desse esforço de ambas de dominar a região. Os espanhóis fizeram diversas investidas em direção ao norte, onde conquistaram regiões que

³ Erbig traz o conceito de “borderline” como uma linha de fronteira; um território poroso em constante disputa: “The borderlines were part of broader projects to reconceptualize and restructure Portuguese and Spanish governance in the new world. They coincided with the creation of new administrative units in the Río de la Plata region [...]parishes, and judicial districts by Portugal. In addition, the coincided with the expulsion of Jesuit missionaries from the Portuguese (1759) and Spanish (1767) empires, and subsequent reordering of lands that had been within their jurisdiction.” (ERBIG, 2015, p.192)

eram muito importantes para a Coroa portuguesa. Dentre essas investidas destacam-se as expedições de Don Pedro Cevallos e Don Juan de Vértiz y Salcedo.

Em 1763 o Tratado de Paris colocava um final ao conflito que acontecia em terras europeias. A Guerra dos Sete Anos marcou um período em que as tensões passavam a ser mediadas diante das fronteiras americanas, existindo uma transferência para os territórios coloniais dos esforços bélicos das Coroas. Isso pois houveram diferentes interpretações por parte das duas coroas do mesmo tratado. Este previa que todos territórios conquistados durante a guerra fossem restituídos as suas coroas, tendo essa cláusula sido assinada sem o conhecimento do *status* dos conflitos nos territórios americanos de ambas.⁴ Isso gerou uma interpretação espanhola que criava uma justificativa para a ação dentro do território português, em especial aos pontos chave dessa disputa: Rio Grande e Colônia de Sacramento. Essa questão foi explorada por Don Pedro Cevallos ao justificar para Julian de Arriaga o porquê de estar relutante em devolver o território de Rio Grande que, em sua perspectiva, pertencia à Espanha.⁵ Rio Grande foi um ponto central da disputa platina durante o final do século XVIII, e havia adquirido uma enorme importância ao longo dos anos pois, sem medir esforços, havia uma grande competição entre os poderes envolvidos ali para o seu controle. Colônia de Sacramento também foi motivo de grandes tensões na região platina, estando em constante disputa até finalmente a capitulação das tropas portuguesas somente em 1777.

É interessante visualizar que o autor Dauril Alden (1968) utiliza para referir-se à toda essa zona em disputa o termo “*Debatable Lands*”, que, em tradução livre, pode-se entender como “terras discutíveis”, ou, até mesmo, “terras em discussão”. Essa designação é, de certa maneira, muito precisa tendo em vista o grande e movimentado palco que se torna a região conforme os empenhos das realezas em definir suas terras avançam ao longo do século em questão. A partir de 1769 observamos o que Alden (1968) caracteriza como um período de transição em que ocorreram muitos impasses, avanços e recuos, por parte das duas coroas. Os espanhóis estariam determinados para ocupar boa parte do que Portugal considerava seus territórios no continente, ameaçando assim muitas das posses que antes eram de amplo

⁴ Dauril Alden (1968) pontua que: “In its original form the clause obviously meant that all Spanish conquests in South America must be given back to Portugal. The revised article, however, enabled Madrid to claim that she was obliged to return only Colônia to Portugal since Spain had not ceded her rights to Rio Grande by any existing treaty with Lisbon. This, in fact, became the official Spanish interpretation of Article XXI of the Treaty of Paris for the next fourteen years, whereas the official Portuguese view—that Rio Grande properly belonged to Portugal—was grounded on the same article in the preliminary treaty.”

⁵ “Don Pedro [Cevallos] indicated that he did not feel obliged to hand back two offshore Platine islands because they had never been Portuguese territory, and reaffirmed his intention to retain Rio Grande unless specifically directed to evacuate it.” (ALDEN, 1969, p. 100.)

domínio português. Mas é apenas na segunda expedição de Don Pedro Cevallos que a Espanha consegue finalmente uma capitulação portuguesa em Colônia de Sacramento. Colônia havia sido palco de uma tentativa secular portuguesa de controle da bacia platina, tendo assim seu entreposto oposto a Buenos Aires. Mostrou-se insustentável a manutenção desse posto, à medida que fora progressivamente perdendo sua importância nas lentes da administração régia. Isto é, previamente da reconquista espanhola à Colônia já se verificava uma insuficiência de recursos para a sobrevivência de sua pequena população, estando “à um tiro de canhão de distância dos espanhóis”. Havia intenso debate entre os portugueses sobre o papel de Colônia e os esforços para mantê-la. Ao final do século, percebe-se uma opção por parte de Portugal por “sacrificar” esse tão conflituoso lugar em favor de uma política que conservasse mais outros lugares que haviam adquirido maior importância ao longo desse período.

Durante esses avanços e recuos Alden classifica como “*Years of Stalemate*” o período dos anos de 1769 até 1774, e “*Continued Stalemate*” os anos posteriores até 1776, pois tem interesse em demonstrar como as perdas e conquistas vinham para ambas Coroas, de maneira que não pode-se atribuir claramente qual das duas teve uma evidente vitória diante das mais diversas disputas beligerantes travadas.⁶ Dessa forma, “*Stalemate*” pode ser entendido como um período de certo “equilíbrio” de perdas e ganhos entre Portugal e Espanha. As reinvestidas lusitanas para retomar os territórios previamente perdidos, como Rio Grande, por exemplo, se dão nesse período. Após isso, se verifica a segunda investida de Don Pedro Cevallos, o que resulta em novos avanços espanhóis que só seriam convertidos novamente como domínios portugueses em meados de 1777, às vésperas do Tratado de Santo Ildefonso. É um pouco problemática a quantificação de “perdas” e “ganhos” de territórios visto que, de certa forma, eram muito relativos no que tange a ocupação efetiva desse espaço. Dessa forma, haviam amplos espaços inabitados aclamados pelas coroas o que tornava muito difícil essa delimitação precisa do que pertencia a quem. Os mapas entram como ferramenta importante nesse papel: aprofundar a complexificação do que cada coroa considera seu legítimo território, suas justificativas, seus entraves, tanto para quem o interpreta durante o

⁶ Importante mencionar que a perspectiva de Alden se dá em um contexto em que a historiografia ainda não classificava os povos originários como agentes dentro do contexto das disputas platinas. Eduardo Neumann inaugura, em 2008, um conceito importantíssimo para entender o *debacle* de forças em um contexto de fronteira. O conceito de “fronteira tripartida” é indispensável para entender como os povos indígenas tinham agência dentro dessas disputas, e inclusive, é explorado pelo trabalho de Jeffrey Erbig, também citado aqui, para tentar elucidar como esses agentes se moviam por dentro desses territórios há muito tempo. Esses dois autores também colocam como os indígenas influenciaram nas esferas político-econômicas dos Impérios, bem como na delimitação e negociação de fronteiras.

período como *a posteriori*, nas lentes de quem o interpreta como um fragmento do passado. Novas bibliografias apontam a região fronteira como uma zona extremamente disputável e porosa, com gentes que transitavam entre os mais diversos lugares e regiões sem necessariamente serem vassalos de nenhuma das duas Coroas.

2 ALEXANDRE JOSÉ MONTANHA E A CARTOGRAFIA SETECENTISTA

2.1 A situação dos mapas

Com relação ao século XVIII, a produção cartográfica foi muito intensa na sua segunda metade, muito por razão do contexto conflituoso já apresentado aqui. Principalmente a partir do Tratado de Madrid (1750) o número de mapas **geopolíticos** da América Meridional - os que não tinham a intencionalidade de serem uma obra artística - cresceu muito. A intencionalidade presente nas *cartas* era de um projeto colonizatório vasto organizado por regiões, configurando-se em uma verdadeira estratégia de controle ultramarino dos domínios, circulando como segredo de estado no âmbito administrativo português. (BUENO, 2011, p. 231). A partir de 1726, a cartografia “perdeu o caráter decorativo em benefício da precisão científica”⁷. Juntamente com o crescente número de *cartas*, crescia o número de pessoas que vinham à América para os produzir: os engenheiros militares.

Os engenheiros militares cumpriram um papel estratégico na produção de mapas durante esse período, com a tentativa de ampliar o conhecimento geográfico e etnográfico dentro do palco de disputa fronteira vislumbrado por Portugal e Espanha. A formação desses engenheiros era realizada em Portugal. Por meio das “Aulas Régias”, os aspirantes aprendiam os mais diversos conteúdos relacionados à topografia e às edificações. Mas apenas com a transformação do ensino impulsionada pelo modo de pensar iluminista houve “a introdução de matéria específica para o desenho de mapas geográficos [...] a partir do século XVIII” (BUENO, 2011, p.13). Ademais, pode-se dizer que o modo tanto de feitura dos mapas quanto de interpretação das informações obtidas em campo variou largamente ao passo que as ciências desse gênero adquiriram prioridade nas lentes do comando imperial. Porém, foi só ao final do século, com os imperativos iluministas que surgiam na época, que esse tipo de ensino

⁷ “A partir do século XVIII, a cartografia perdeu definitivamente o caráter decorativo em benefício da precisão científica. Nesse contexto, acirrou-se o debate sobre a questão das cores nos mapas, reduzidas ao mínimo, restringindo-se apenas aos aspectos funcionais e informativos. Essa campanha em prol de um colorido purista foi amplamente encabeçada por Johann Hubner, autor do *Museum geographicum*, publicado em 1726, em Hamburgo. O emprego de um código pressupunha a sua estabilidade para viabilizar sua assimilação e, portanto, implicava a uniformização dos estilos.” (BUENO, 2009, p. 206).

nas universidades portuguesas adquiriu um nível altíssimo.⁸ O período do recorte estabelecido neste trabalho pode ser encaixado nessa quebra paradigmática no modo de pensar e produzir os mapas.

Nesse sentido, os engenheiros participaram da atuação prática na confecção dos mapas nos mais diversos confins americanos, fazendo um reconhecimento de campo através das viagens demarcatórias. Viagens as quais eram parte importante do conhecimento material através das medições topográficas, que muitos engenheiros fizeram por ordens da Coroa.

Beatriz Bueno (2011) realiza uma quantificação de engenheiros militares atuantes dentro dos diferentes reinados portugueses. Consegue-se, por meio do trabalho da autora, observar que o período de governança de Dom José I foi muito prolífico nesse aspecto. Através de uma tabela, mostra que o crescimento da vinda de engenheiros após 1750 foi de 32 atuantes de 1706 até 1750 para 79 atuantes no período posterior de 1750 até 1777⁹. Vale observar que esse último período é de 27 anos, em comparação ao primeiro período, de 44 anos. No período posterior, durante o reinado de Dona Maria I (1777-1816), se trouxeram 72 militares práticos. Esses números apontam o grande crescimento da preocupação lusitana em conhecer, disputar e conquistar os espaços ultramarinos que pretendiam tornar uma distante extensão territorial, bem como os que almejavam estabelecer-se no futuro.

Portanto, pode-se indicar uma progressiva transformação no imaginário régio português no sentido de ampliar e investir nessa forma de conquista de território, com esses engenheiros sendo um ponto nevrálgico dentro dos intuits lusitanos de engrandecer o conhecimento tanto do território quanto dos mais diversos adversários no extremo-sul americano, mediante a confecção dos mapas.

Em contrapartida a essa perspectiva, o catálogo de mapas que a administração portuguesa da região Sul obtinha de fato durante o período entre os tratados de 1750 e de 1777 não era tão vasto assim, pelo menos ao que tange a região Sul. Há alguns indícios de que muitos dos cartógrafos, assim que deixavam seus postos no Rio Grande de São Pedro levavam os seus mapas, deixando assim os agentes que ficavam em territórios americanos, de certa forma, desamparados do conhecimento cartográfico tão profícuo que havia ocorrido no

⁸ “Os engenheiros de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX são, portanto, de outro naipe e muito mais preparados para projetar uma infraestrutura territorial e urbana (calçadas, pontes, portos, cais, arsenais, diques, comportas, fontes e aquedutos), bem como para mapear o território e suas circunscrições regionais (províncias) de forma mais precisa, inventariando em paralelo todas as suas potencialidades econômicas.” (BUENO, 2011, p.15)

⁹ Datas dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso, respectivamente.

período. Isso é indicado em uma carta de José Marcelino de Figueiredo, então governador da Capitania que, em 1780, comenta que dois engenheiros haviam levado os mapas consigo de volta para Portugal. “[...] Mapas eu não os tenho capazes, mas sei que o tenente-general e o Marechal Funk e o capitão engenheiro Montanha levaram os melhores, que creio se tem tirado deste país”.(AN, Cód. 104, vol. 2, fl. 34-34v.).

Por esses motivos, durante o período entre os tratados de 1750 e 1777, o Rio Grande de São Pedro, nas mãos do vice-rei marquês de Lavradio, procurou impulsionar essa produção na região para ter um conhecimento mais profundo sobre a situação das investidas espanholas vindas do sul. Tal esforço estava alinhado com as vontades da esfera administrativa portuguesa, porém, em terras lusitanas, não se conheciam as dificuldades apresentadas para essas missões *in loco*. Assim sendo, verificam-se diversos descompassos entre a cúpula na europa e o marquês que operava em terras americanas. Isso gerou uma certa sensação de desamparo por parte de Lavradio, compreensível de certo modo pelo fato do avanço espanhol estar batendo nas portas do Rio Grande de São Pedro. As empreitadas hispano-americanas organizadas duas vezes por Don Pedro Cevallos e uma vez por Don Juan de Vértiz y Salcedo provocaram muitas perdas estratégicas nas *franjas* do território português, o que torna compreensíveis as requisições que a administração riograndense fazia para o secretário ultramarino.

Tal insatisfação está traduzida em uma das cartas que o Marquês enviou ao secretário dos assuntos estratégicos ultramarinos do Império. Coloca como os mapas feitos anteriormente possuíam muitos erros, que eram feitos por “estimação”, portanto, considerava que não eram precisos. Comenta sobre a falta de oficiais engenheiros nas posses sulistas, nomeando o capitão Alexandre José Montanha para continuar os trabalhos de feitura de mapas no ano de 1776:

“[...] No Rio Grande não há mais que o Capitão Alexandre José Montanha que ainda que tenha trabalhado como um mouro não basta para o que ali há de fazer. [...] e este Oficial é o mais capaz que eu cá considero para poder tirar uma carta exata de toda esta Capitania, da de S.ta Catarina, da do Rio Grande, e da de São Paulo;”(AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 100, D. 8585.).

Em outra oportunidade, no ano de 1779, afirma ser impossível continuar as *diligências* que lhe foram ordenadas pelo fato de não haver “Oficiais hábeis”. Os instrumentos, bem como o pessoal que efetivamente estava disponível ao marquês seguindo as ordens da Coroa lusitana eram insuficientes. Observa-se que os trabalhos que eram requisitados pela administração régia para o Vice-rei possuíam um evidente descompasso com

a realidade americana naquele momento. Pelo menos com as ferramentas que estavam disponíveis naquele momento, seria de um trabalho descomunal cumprir com a totalidade dos pedidos vindos de Portugal. Na seguinte carta de 1779, pede apoio para dar continuidade aos trabalhos de demarcação relativos ao Tratado de Santo Ildefonso (1777):

“me informei [...] a respeito da Demarcação de nossos limites. [...] impossível concluir-se esta diligência sem que venham oficiais hábeis, isto é, não só especulativos mas práticos nesta qualidade de Demarcações [...] de outro modo ela não poderá nunca se concluir.[...]todas as cartas [mapas] estavam erradas, pela preguiça e imperícia dos que tem feito aqueles mapas.” (AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 109, D. 9092).

Interessante perceber como, na percepção do marquês, a qualidade de ser “prático”, em contrapartida a ser “especulativo” está alinhada com o modo de pensar geopolítico português ao final do século. Além disso, destaca-se que o Capitão Alexandre José Montanha obtinha, aos olhos de seu superior, essas qualidades “práticas”, ou seja, era “fiel” às informações levantadas em campo por ele e por outros que previamente passaram pelos campos de fronteira. Portanto, Montanha se torna uma peça importante nesse intervalo de tempo em que praticamente não haviam outros como ele que exercessem função parecida pelas terras riograndenses.

2.2 Alexandre José Montanha: a trajetória inserida no contexto

Alexandre José Montanha nasceu em Lisboa no ano de 1730, e em 1763 atuou como ajudante de infantaria e engenheiro ainda em Portugal. Teve um papel dentro da reconstrução urbanística da cidade nos anos prévios a sua vinda à América.

No ano de 1755, Lisboa sofrera de um catastrófico terremoto o qual devastou a maior parte da cidade. Com isso, recebeu uma verdadeira reconstrução encabeçada pelo Marquês do Pombal, e teve como características a remodelação total da cidade para adequar-se à filosofia iluminista de ocupação do espaço. Santos (2014) aponta que um “novo ordenamento urbano” estava em curso, em consonância com as práticas pombalinas. Segundo a autora:

Aproveitou-se a oportunidade para criar uma nova realidade urbana [...] uma das grandes inovações que o caso de Lisboa nos mostra, advém do facto de se tratar de uma cidade de grandes dimensões onde se optou por refazer o tecido urbano destruído pelo terramoto e incêndio subsequente, utilizando um novo traçado geométrico. (SANTOS, 2014, p.348)

Montanha atuou nessa reconstrução como engenheiro, tendo contribuições nos procedimentos de tornar uma área antiga em um novo loteamento, para precificar os lotes que posteriormente seriam vendidos nas novas ruas lisboetas. Esses lotes eram feitos de forma modular e sob uma medida específica, e que respeitassem as diretrizes estruturais estabelecidas na reconstrução pombalina.¹⁰

Nesse sentido, a autora ainda pontua as contribuições de Montanha em Portugal:

“verifica-se que Alexandre José Montanha aparece frequentemente como ‘louvado’, ou seja avaliador nos autos de medição do Tombo, e também como colaborador nos Autos de Posse e nas Avaliações, trabalhando com Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, Clemente Valenzuela e Miguel de Blasco, na condição de Ajudante, e mais tarde como Praticante da Aula Militar, entre 1756 e 1765.” (SANTOS, 2014, p.348)

Salienta-se ainda que Montanha saiu sozinho de terras portuguesas, realidade que era muito comum entre os engenheiros militares atuantes na América Meridional. Os homens que obtinham a diligência de atuar na América dependiam inteiramente do soldo que a Coroa os ofertava, e, no caso dele, mandava boa parte de seu soldo de volta para Portugal a fim de sustentar sua esposa. Isso é mostrado por alguns documentos que indicam a ida de parte do seu soldo para ela em Lisboa.¹¹

Em 1765 foi promovido a capitão com exercício de engenheiro para servir no Rio de Janeiro por seis anos. Sua diligência para a habilitação da Ordem de Cristo é de 1766. “Foi aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens a 10 de dezembro de 1766 e autorizado a receber o hábito no Rio de Janeiro.” (REBELO, 2017, p.283). Tal condecoração militar que era “bastante limitada”, segundo Fábio Kuhn (2006). Kuhn pontua que, consonante com o pensamento do Antigo Regime, a obtenção do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo era uma ferramenta de distinção dentro da hierarquia de uma sociedade altamente preocupada em estabelecer a diferenciação daqueles que exerciam, ou poderiam exercer, funções de poder. O autor coloca como “raríssimas” essas condecorações no Continente, inclusive as distinções que eram de “menor categoria”. (KUHN, 2006, p. 356).

¹⁰O então engenheiro elabora um documento intitulado “*Discurso sobre a avaliação dos Terrenos, que devem comprar ou vender os proprietários das Casas, que foram inteiramente demolidas pelo terremoto do primeiro de Novembro de mil setecentos cinquenta e cinco, e incêndio a ele sucessivo*”, no qual ilustra as regras que permitiram contabilizar a adequação da área das propriedades antigas aos novos lotes. (SANTOS, 2014, p.350).

¹¹ Um exemplo claro disso está no documento AHU_ACL_CU_017, Cx. 76\Doc. 6878, em que o Capitão faz um pedido oficial para mandar uma quantia para a “manutenção” da esposa em Portugal.

Dessa maneira, dentro do contexto do Continente durante a segunda metade do século XVIII, observa-se que os cenários em que mais houveram obtenções desses títulos são justamente os de guerra. “[...]reforça-se a noção de que a concessão dos hábitos era uma contrapartida régia aos serviços militares dos súditos.” (KUHN, 2006, p. 356).¹²

Tendo isso em vista, Montanha, tendo sua diligência no ano de 1766, entra nesse palco de enfrentamentos com o título justamente em um dos períodos em que mais se verificam ingressos, o de 1761-1777. Isso corrobora com a perspectiva de que sua função se encaixava dentro das aspirações lusas de reconquista definitiva dos espaços em disputa, e, assim, justifica sua presença. Evidentemente situado em uma sociedade altamente estruturada em favor da distinção dos quais a Coroa visualizava como peças importantes dentro das conquistas das *Debatable Lands*.

Apesar de ter feito trabalhos em terras europeias, foi sua trajetória na América Portuguesa que o fez adquirir importância dentro dos objetivos estratégicos vislumbrados pela Coroa. Montanha teve um papel fundamental em solo riograndense, tanto pela sua atuação como engenheiro cartográfico e produção de mapas e planos, quanto pela latente necessidade de uma manutenção das posses relativas à zona de fronteira. Isso está colocado no documento anteriormente mencionado aqui, o qual o marquês quando fala sobre o assunto cita que

“eu tenho encarregado este oficial da reedificação e defesa de todas estas fortalezas. [...]construir de novo as baterias de cima da altura da Fortaleza de Santa Cruz [...] igualmente fez construir outras na Praia de Fora, sem as quais [a fortaleza] estaria inteiramente condenada.”.

Ademais, exalta os trabalhos feitos pelo então Capitão Montanha, dizendo que seriam importantíssimos, vislumbrando um posterior trabalho de confecção de uma carta geográfica que ilustrasse desde a capitania de São Paulo até o Rio Grande em 1776. (AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 100, D. 8585.)

Ao ano de 1776, após diversas produções cartográficas já terem sido feitas dentro do Rio Grande de São Pedro, Lavradio aponta que os instrumentos necessários¹³ para essa missão foram perdidos, por furtos e má conservação. Tais mapas também estariam

¹² “Entre 1641 e 1777, pouco mais de 12 mil cavaleiros ingressaram na Ordem mais almejada, sendo que nesse período, houve três picos nos ingressos (1661-1670; 1721-1730; 1761-1770) de novos membros, todos eles marcados por contextos de guerra no Reino ou pela proximidade cronológica dela.” (KUHN, 2006, p.35)

¹³ Tais “instrumentos” eram as ferramentas que se utilizavam os engenheiros cartográficos para as medições e trabalhos relacionados a prática da engenharia militar, bem como da cartografia.

“[...]com nomes de sítios e lugares que parecem serem arbitrados pelos que formaram as mesmas cartas, porém já hoje não se acham semelhantes nomes, e do mesmo modo alguns rios, nos quais até vem erradas as suas direções, e como o Tratado é regulado por estas Cartas que não são certas, é sem dúvida que a todo instante irão se encontrar embaraços que só podem resolver” (AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 109, D. 9092)

A toponímia setecentista pode ser melhor explorada na visão de Iris Kantor (2009). Para a autora, o processo de conquista era presente inclusive nos nomes de rios, acidentes geográficos e povoamentos. Isto é, estava incluso no processo de formação do “Estado pós-imperial”¹⁴. A segunda metade do século foi um período em que a denominação portuguesa para os lugares foi imposta e concretizada como projeto. Não apenas toponímias indígenas, mas também missioneiras sofreram uma verdadeira redesignação por parte portuguesa, e a cartografia teve papel fundamental dentro disso. Uma evidência disso nesse recorte é a reclamação do vice-rei de que os “nomes de sítios e lugares” não estariam de acordo com o que estava consentido pela administração do momento. E que, dessa forma, os cartógrafos deveriam seguir os nomes “corretos” e não “arbitrados pelos que formaram as mesmas cartas”. Percebe-se também o descompasso aqui já mencionado entre o núcleo ultramarino e a administração colonial do Sul, com cartógrafos utilizando-se de nomes que já não eram mais correntemente usados. Corroborando, dessa maneira, com a perspectiva de Kantor, que aponta a maior agressividade portuguesa nesses avanços toponímicos ao final do século, alinhados com as reformas pombalinas. (KANTOR, 2009, p.50)¹⁵

Importante mencionar que, além desse papel desempenhado ao longo de sua estadia longe da metrópole, Montanha participou das demarcações e loteamentos da povoação de Taquari, tendo demarcado as freguesias de Vila Real, Santo Amaro e Porto Alegre.¹⁶ Ficou no Rio Grande de São Pedro por 15 anos, e trouxe muitas contribuições antes de voltar ao Rio de Janeiro em 1780, ano em que concluiu um de seus *Mappas Geographicos*, o qual cobre desde São Paulo até Rio Grande, como desejado por Lavradio em 1776, na carta acima mencionada.

¹⁴ “Quais seriam os significados subjacentes à transformação da paisagem toponímica no contexto do Tratado de Madri e os tratados subsequentes? Nessa perspectiva, parece-me que a erradicação da toponímia missionária e a renomeação dos lugares e acidentes geográficos foi parte de uma política mais ampla de afirmação da soberania interna e externa da coroa portuguesa no continente americano.” (KANTOR, Iris, p.47).

¹⁵ Não é o objetivo principal deste trabalho analisar profundamente a dominação através dos topônimos. Porém, torna-se impossível falar de cartografia sem ao menos mencionar essa forma de imposição portuguesa que se verificou no sul e em outras regiões da América Portuguesa.

¹⁶ . Realiza o traçado inicial da cidade de Porto Alegre: “ao Porto chamado dos Casais e hoje de São Francisco e, nas terras da Estância de Inácio Francisco, faça a divisão de sessenta meias datas para outro igual numero de casais, os quais já se acham moradores do dito Porto de São Francisco.”(FIALHO, 2014, p. 3)

Beatriz Bueno coloca os diferentes tipos de *cartas* que foram produzidas no período setecentista. Cada uma de acordo com seus propósitos, estavam divididas em cartas “geográficas (terrestre geral), cartas corográficas (terrestre regional), cartas topográficas (terrestre local), cartas náuticas e cartas cosmográficas (planisférios, mapas-múndi)” (BUENO, 2004, p. 195). Tendo isso em vista, podemos observar que as duas cartas que irão ser analisadas nesse artigo são geográficas. Isso, evidentemente, tem motivação do que se pretendia representar, conquanto ao posicionamento das tropas castelhanas dentro do espaço, pois estes tiveram muitas conquistas nos domínios portugueses no período em questão.

Alexandre José Montanha¹⁷ realizou planos que miravam a formação de povoações de Taquari, Santo Amaro e Vila Real. Participou também do loteamento de algumas regiões que a Coroa procurava ocupar, em consonância com o *uti possidetis*¹⁸ estabelecido após o Tratado de Madrid. Além dos loteamentos realizados, também teve a função de abrir os campos de Viamão tendo em vista a futura pretensão na formação de Porto Alegre como capital da Capitania em 1773. Dessa maneira, esses povoamentos contribuíram para o estabelecimento e fixação lusitana dentro do espaço de fronteira, pois supriam a corrente necessidade de uma definição mais objetiva desses espaços que era, portanto, um esforço régio de estabelecimento definitivo na região. Montanha também fez o papel de planejar fortificações que tinham como o objetivo a defesa de algumas localidades importantes tendo em vista as invasões castelhanas, reformar fortificações que se encontravam em condições frágeis bem como fazer o levantamento dos fortes construídos pelos espanhóis na Vila de Rio Grande, após sua retomada ao ano de 1776.

A aqui mencionada demanda por esses mapas de assuntos estratégicos requisitados por Lavradio e a falta de pessoas qualificadas para exercer essas funções ocasionou na escolha de Montanha para uma árdua tarefa. Com pouco pessoal e ferramentas para efetivamente conseguir um trabalho condizente com as ordens do Vice-rei, confeccionou mapas que realizassem um panorama dos diversos pontos de embate por ali, bem como da situação das ocupações castelhanas. Além disso, os mapas precisavam abranger as fortificações lusas no território em disputa, bem como foram abrangendo paulatinamente as novas freguesias e

¹⁷ Dentro desta pesquisa ocorreram vários desencontros com os repositórios digitais pois o nome do objeto de pesquisa deste trabalho é frequentemente escrito com diferentes grafias, como por exemplo “Jozé” ou “Montanhas”. Isso pode ser observado mediante consulta dos documentos citados neste artigo.

¹⁸ “*Uti posseditis*, which in Latin means “as you possess,” is a concept of international law that suggests that settlement rights take priority over earlier accords when determining territorial possession.” (ERBIG, 2015, p.90). Esse modo de dominação territorial é princípio fundamental do Tratado de Madrid (1750) e suplanta o direito por ordem de ocupação em detrimento de um que priorizasse quem povoasse os espaços.

povoamentos, alguns deles que foram loteados por Montanha. Essa busca pelo constante conhecimento geo-estratégico insistida frequentemente por Lavradio contava com uma falta de recursos tanto materiais quanto humanos, o que poderia significar uma grande perda para Portugal naquele frágil momento.

As cartas que mais se destacam nos trabalhos do Capitão Montanha são dois mapas geográficos que produziu dentro dos 15 anos que permaneceu e transitou por território rio grandense. Um desses mapas geográficos está no Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra e foi inicialmente confeccionado por Montanha em 1773, tendo tido acréscimos por outro militar no ano de 1780¹⁹. A primeira versão do mapa é denominada "Mappa Geografico de uma Parte da América Meridional" e foi entregue finalizado ao retorno do Capitão ao Rio de Janeiro no ano de 1780, quando encerra sua trajetória pelo Rio Grande de São Pedro.

Os trechos coloridos desse artefato mostram a situação “até o presente momento” dentro de seu contexto. Em vermelho estão posses portuguesas, e, em amarelo, estão as localizações das ocupações espanholas dentro do Rio Grande. Em verde estão demonstrados os espaços os quais Portugal retomou progressivamente dos anos 1773 até 1780, após as suas perdas no início da década. Observa-se que a linha “divisória” dos territórios entendida pelos militares portugueses era exatamente a linha do Tratado de Madri, apesar de este ter seu fracasso explicitado pelo Tratado de El Pardo de 1761.

Interessante se torna refletir sobre todo o processo que envolvia a feitura desses mapas. Esse, em específico, demorou sete anos até sua conclusão, tendo sido utilizado de maneira estratégica durante os anos de avanços espanhol e posteriormente nos anos de *stalemate*. Tendo contribuído, possivelmente, para a tomada de decisão portuguesa durante esses anos após a sequência de derrotas. Além de que os planos de povoamento da Coroa já explicitados aqui aconteciam concomitantemente com isso. Os movimentos políticos lusos iam, ao longo do tempo, sendo incorporados dentro do mapa, como um quebra-cabeças que de certa forma estava sempre sendo montado. ²⁰ Abeillard Barreto (1976) comenta:

¹⁹ “A carta foi configurada por diversos astrónomos e geógrafos por ordem do Marquês do Lavradio, Vice Rei do Estado, tendo sido desenhada e aumentada pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha, em 1773 e novamente copiada e acrescentada no que se refere ao Rio da Prata e ilha de Sta Catarina, por Joam Baptista do Espirito Santo, Tenente da Companhia de Mineiros da Praça do Rio de Janeiro, em 1780.” (Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, 2011). Interessante observar como o processo de criação dos mapas contava com a colaboração de diversos agentes seguindo as ordens que a coroa colocava, tanto no levantamento de informações quanto na produção efetiva dele.

²⁰ A versão original deste mapa geográfico de 1773, ou seja, a primeira versão feita por Montanha, antes da sua finalização em 1780 está hoje em dia na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e não foi possível ter acesso

“Em carta de 9/6/1773 à corte de Lisboa, o marquês comunicou ficar formando um plano para defesa do continente do rio grande de s. pedro. Em 23/6/1773 participou que tinha mandado fazer uma carta da parte do continente do rio grande em que se havia de estabelecer a defesa daqueles domínios, e que encarregara dela ao engenheiro Alexandre José Montanha, que os tinha examinado e medido, para juntar ao dito Plano. (BARRETO, 1976, p. 945).

Barreto ainda tece alguns comentários sobre a imprecisão dessa carta, atribuindo isso à “precariedade de informações antes da demarcação decorrente do Tratado de Santo Ildefonso” e pontua também que “é grandemente avançado sobre o chamado mapa das Cortes, de 1749” (BARRETO, 1976, p.945). Vale salientar que, mesmo com poucos recursos durante esse período, é possível observar os avanços informacionais em relação ao Mapa das Cortes, mesmo sem viagens demarcatórias.

Sobre o segundo *Mappa Geografico*, será proposta uma tentativa de atribuição de autoria à Alexandre José Montanha no terceiro fragmento deste artigo. O mapa está até o momento de sua consulta presencial²¹ catalogado como anônimo no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Em sua legenda pode-se ler:

“Mappa Geográfica de uma parte da América Meridional que mostra a Barra do Rio da Prata e Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina até a lagoa Paranaguá, o qual mostra o terreno que ocupam os os vassallos de S.M.F. pelas fronteiras do Rio grande e des por onde vai o caminho de S. paulo, o qual vai marcado com aguada vermelha e o que ocupam os espanhóis se demarca com aguada amarela o que os mesmos espanhóis individualmente nos avançaram na última guerra e de que até o presente não desapossaram e o que vai de amarelo fechado; e o que nós temos avançado sobre eles depois da paz se mostra com aguada verde.” (grifo meu)

Sobre a situação de vassalagem utiliza-se a perspectiva de Jeffrey Erbig (2015)

“in moments when it was useful to identify *tolderias* as vassals to the Portuguese Crown, they were quick to claim them as subjects. [...] If Portugal claimed sovereignty over them, then it could also claim possession of the lands that they inhabited.” (ERBIG, 2015, p.81)²²

a este mapa pois não se encontra digitalizado. É de tamanho pequeno (16 por 16 centímetros) e está separada da versão final encomendada pelo marquês. (BARRETO, 1976, p.945) A versão final se encontra em Coimbra e possui 1 metro e 83 centímetros por 1 metro e 81 centímetros. Para esse artigo, o mapa foi consultado no livro Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 171. (Catálogo de Exposição).

²¹ O mapa foi consultado por Gabriela Ausani, uma participante do projeto de pesquisa em sua viagem ao Rio de Janeiro no ano de 2021. Cabe aqui um agradecimento especial à dedicação tirando fotos que permitem analisar nitidamente a fonte.

²² “em momentos que era interessante identificar *tolderias* como vassallos da Coroa Portuguesa, eram rapidamente afirmados como sujeitos. Inclán não constatou diretamente sob quais circunstâncias os Portugueses gostariam de definir povos independentes como vassallos, mas estava provavelmente se referindo à questão das posses de terras. Se Portugal alegava soberania sobre eles, poderia também afirmar posse das terras que eles

A produção “anônima” provavelmente foi utilizada para as organizações geoestratégicas no Sul. Possui uma coloração de acordo com o posicionamento espanhol na época, e, de acordo com isso, entende-se que foi realizado entre 1774 e 1776. Nota-se ainda a ocupação espanhola em Rio Grande, que era um lugar de suma importância para Portugal. A região missioneira ainda é atribuída para os espanhóis.

O mapa possui poucas cores e detalhes, e não possui artifícios externos artísticos, diferentemente de muitos outros produzidos na mesma época por outros cartógrafos. Seu foco é o Rio Grande de São Pedro, não representando nem mesmo a Ilha de Santa Catarina, apesar de seu tamanho ser de 108 cm x 137,5 cm. Apesar de ser difícil observar, nota-se que são traçados três caminhos desde o Rio Grande para São Paulo, para as missões espanholas e até a Colônia de Sacramento. Esse mapa será melhor explorado no próximo trecho desse artigo.

3 A tentativa de atribuição de autoria do *Mappa Geografico* anônimo

3.1 Situando o Mappa Geografico no cenário

Refazendo o contato com o primeiro fragmento desse artigo e seus respectivos conceitos, podemos partir para uma análise da espacialização portuguesa dentro desse território a partir da sempre desafiadora *desconstrução dos mapas*. Para isso, Oliveira (2014) faz constatações importantes sobre o que chama “natureza dos mapas”. Primeiramente levanta o ponto de que não se trata de uma expressão deliberada de poder, como se propositalmente os seus feitores manipulassem as informações à todo momento em favor de uma arbitrariedade centralmente imposta. (OLIVEIRA, 2014, p.159). Isso estava posicionado no imaginário da época, em que muitas vezes se acreditava naquela representação como sendo fidedigna. Essas ditas *ferramentas de autoridade* tinham muito a ver com a perspectiva que se tinha de declarar, representar e racionalizar tais lugares, como facilitadores no controle, vigia e governo nas terras ultramarinas. Mas essa tentativa de extensão do poder régio estava longe de ser universal, e esbarrava nos mais diversos “obstáculos” de suas pretensiosas alegações.²³

habitavam” (tradução livre). As *tolderias* eram acampamentos locais e itinerantes de povos autônomos que limitavam operações missionárias e imperiais. (ERBIG, 2015, p.15)

²³ “Pensamos em mapas como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais. Mas podem ainda esses mapas se constituir em documentação referencial sobre os territórios que representam, uma vez que mesmo de modo indireto, os mapas trazem resquícios e fragmentos de relações sociais que se espacializaram.” (OLIVEIRA, 2014, p.166).

Para esse contexto, é preciso também apreender a situação de guerra não declarada que se arrastou até ao armistício às vésperas do Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Assim, infere-se que o mapa aqui colocado foi feito durante esses quatro anos em que a suposta paz era quebrada por uma série de agressões por parte tanto dos portugueses quanto dos espanhóis, mas que estavam tímidos com relação à declaração de guerra aberta por todas as consequências geopolíticas que isso poderia gerar no âmbito diplomático. Isso se reflete dentro da confecção da obra, pois possibilita à quem estivesse o utilizando ter uma grande noção das posições de um dos adversários da Coroa, bem como quais foram os seus sucessos desde 1773. Entretanto, isso não deixou de transformar as terras do sul em um *War Theatre*, como Alden coloca em sua obra. (ALDEN, 1961, p.63).

O mapa, até então catalogado como anônimo no arquivo, pode ser incluído em uma cronologia condizente com sua representação. Pela configuração da região, provavelmente o mapa está entre 1774 e 1776, pela região de Santa Tecla ainda estar representada como sendo ocupada por espanhóis. Vértiz, em 1773, ocupa Santa Tecla, além de erguer um forte nos meses seguintes, saindo do controle castelhano apenas em 1776. A presença espanhola em Rio Grande também indica que o mapa é necessariamente anterior a 1776.

3.2 A tentativa de atribuição de autoria

O plano que representa é bem focado na região sul e com o propósito de realmente situar os “usuários” do mapa do que estava acontecendo em uma região bem específica, para colaborar com as manobras estratégicas lusas. A ampliação de Montanha na região se assemelha a um *zoom* na região fronteira, realmente denotando o interesse de ter uma noção aprofundada e detalhada dos impeditivos tanto naturais quanto da situação das tropas de Vértiz.

Suas *aguadas*, ou seja, suas colorações se dão de modo que representam tanto o que os castelhanos ocupavam até a feitura do mapa e seus avanços após a paz²⁴, quanto o que os portugueses ocupavam. As *aguadas*, pode-se dizer, dão um panorama da situação da disputa não declarada até aquele momento. Percebe-se que Rio Grande ainda está representada como posse espanhola, apesar do restante da península que divide a Lagoa dos Patos do Oceano Atlântico ser reproduzida como de controle da Coroa Portuguesa. Assim como são atribuídas

²⁴ Tal “paz” que Montanha se refere é a paz que ocorre logo antes do início de um conflito não declarado que segue na década de 1770, que, apesar de as duas Coroas não estarem em guerra, ainda se digladiavam nos solos do Rio Grande de São Pedro.

aos espanhóis as posses missioneiras ao Oeste, até o sul do Rio Jacuí. Os avanços espanhóis após 1773 vêm com a cor *amarelo fexado* (escuro) com os territórios que as tropas de Don Vértiz ocupavam e posteriormente mantidas por Don Cevallos, e vão permanecer estabelecidas assim até pelo menos 1776. A cor amarela escura está bem apagada e quase não identificável se não fosse a mesma utilizada no mapa posterior de 1780 já apresentado aqui, pois está em melhores condições de conservação. Inclusive, o mesmo esquema de cores se verifica nas duas peças, bem como o estilo de demonstrar as regiões.

Pelos formatos já pode-se perceber uma correspondência entre as duas cartas e a semelhança entre a forma com que estão desenhadas. A esquemática das cores²⁵, o formato das regiões e a cordilheira de montanhas que atravessa a costa oeste de ambos os mapas é muito semelhante.

A maioria das representações hidrográficas e topográficas têm um visual um tanto inacabado no mapa anônimo, como se fossem um esboço, apesar de terem linhas bem definidas. Isso provavelmente tem a ver com a urgência daquele momento em ter uma perspectiva mais ampla de como agir dentro do tumultuado cenário que estava ali posto, assim como a proposta geral do mapa ser diferente de ter um que fosse preocupado com entregar aspectos estéticos. Além de que o mapa de 1780 tem quase dois metros de altura e comprimento, e essa versão anterior também se encontra em um tamanho grande e, segundo o arquivo, possui 108 cm x 137,5 cm. Sobre o mapa anônimo, ainda coloca-se que o mesmo é uma ampliação visada no Rio Grande, o que explica seu tamanho. A próxima ampliação seria o mapa de 1780, que mede quase um metro a mais de altura e comprimento, e engloba mais regiões não estando tão focado no Rio Grande, e ilustrando até a capitania de São Paulo.

Outro detalhe interessante a se perceber é que as evidências paleográficas presentes na letra de Montanha são de muita semelhança, tanto na maneira de escrever *Mare Brazilicum* na região que representa o mar, quanto nos nomes dos lugares e rios que são expostos. E não apenas entre essas duas cartas: a caligrafia do mapa “anônimo” pode ser comparada com as cartas manuscritas de Montanha. (Anexo C e D)

A legenda “*Mare Brazilicum*”, que representa o oceano, está posicionada de maneira parecida e com grafia muito semelhante em ambos os mapas. A rosa-dos-ventos está posta em

²⁵ As cores estão bem apagadas no mapa de 1780 pois o mesmo foi consultado em um livro, e não foi possível reproduzir uma imagem mais fiel. No mapa “anônimo” se trata de uma fotografia da fonte diretamente no arquivo, o que dá uma nitidez muito maior para a imagem. Nos anexos A e B se poderá diferenciar melhor as cores tendo em vista os mapas por estarem integralmente expostos.

um lugar aproximado, assim como as duas rosas são muito semelhantes. Salienta-se que as escalas de léguas e indicações de latitude e longitude têm o mesmo estilo nos dois mapas. Outros cartógrafos da época não coloriam as indicações de latitude e longitude, e alguns faziam em uma espessura um tanto maior, como é representado no artigo de Chet Van Duzer (2020), no qual atribui um mapa da mesma época de outro cartógrafo. Na produção que o autor analisa, o cartógrafo representa com outro estilo a escala de léguas e indicações de latitude e longitude, e pode-se concluir que não eram padronizadas. Montanha usa vermelho, enquanto alguns outros usam preto, e o vermelho está presente nos dois mapas que estão sendo analisados aqui. Nos anexos E e F pode-se observar a escala de léguas do mesmo formato, bem como as indicações de latitude e longitude, apesar do *Mappa Geografico* anônimo estar em má conservação e requerer um esforço do observador para perceber esses detalhes.

Por conseguinte, mais um argumento para diminuir ainda mais as dúvidas de que esse mapa é de Montanha, está na legenda e no título (Anexos E e F). As evidências paleográficas, as palavras empregadas e a estrutura do texto estão perto de idênticas, porém com muito mais recursos estilísticos e ornamentos ilustrativos na carta de 1780, pelas razões aqui já mencionadas. Sobre a caligrafia pode-se inferir que é a de Montanha não apenas pela semelhança das duas produções mencionadas, mas também por cartas manuscritas.

Quando observa-se as duas produções lado a lado é muito difícil não atribuir a autoria à Montanha (Anexos A e B). Ainda aliado ao fato de que Montanha estava trabalhando extensamente aqui no sul sem a menção de muitos outros *mapmakers* para auxiliá-lo na mesma época, como mencionado nas cartas expostas no segundo trecho desse artigo. É muito elogiado, e escala dentro das posições chegando como engenheiro, indo para capitão e terminando sua carreira como sargento-mor.

Os elementos “externos” às cartas, ou seja, os documentos que ilustram a passagem desse agente pelas terras do Rio Grande nos dão uma segurança um pouco maior nessa tentativa de atribuição de autoria. Sua passagem aqui não foi curta, e durante esses 15 anos com certeza contribuiu como braço da Coroa portuguesa nessa frente *racionalizadora*, bem como na disseminação do poder real traduzida nas terras. O marquês de Lavradio, quando o menciona, acha-o como uma das soluções para suas inseguranças com relação às estratégias de movimentação dentro do espaço. Além do fato de mencionar que Montanha trabalhou até o momento da fonte analisada arduamente nas suas funções que lhe foram delegadas.

Pouquíssimos engenheiros-militares atuaram nesse espaço durante esse recorte cronológico, o que pode reforçar ainda mais a perspectiva aqui trabalhada de que esse mapa é de Montanha, para além de todas evidências iconográficas e paleográficas vistas aqui. Seu trabalho correu de uma maneira muito importante na conjuntura e na organização da tomada de decisões lusas que, por fim, resultaram posteriormente na contenção de alguns avanços espanhóis bem como na retomada de alguns territórios. As campanhas militares precisavam dessa preciosa ferramenta de informação, e a guerra informacional também corria pelos mesmos campos que corriam as armas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Difícilmente pode-se atribuir a outra pessoa a feitura do *Mappa Geografico* “anônimo”. Montanha possui uma grande compatibilidade (Anexo G), tanto com suas próprias produções quanto com os mais diversos documentos que justificam sua estadia na região na mesma época. Além dos manuscritos, que indicam uma proximidade paleográfica nas duas produções cartográficas. (Anexo C).

Outrossim, surgem ainda fatores externos que também corroboram com a perspectiva da suposta autoria de Montanha ao mapa. Sua menção pelo Marquês de Lavradio nas cartas conjuntamente com o contexto geopolítico que Portugal se encontrava estruturam a narrativa que aponta a provável autoria. Lavradio, ao que foi observado, trata os engenheiros militares como peças importantes: pede mais “instrumentos”, por exemplo, para fomentar esse tipo de trabalho na visão de que seria indispensável para as ativações lusas dentro do espaço.

Múltiplos autores que são citados aqui convergem na perspectiva de que os engenheiros-militares eram peças chave dentro desse tipo de ação. Trabalhavam incessantemente para tentar fornecer qualquer tipo de vantagem dentro dos espaços de fronteira, e aperfeiçoavam essa técnica cada vez mais para estar um passo à frente da batalha informacional.

Entre os múltiplos conflitos violentos que se observam no poroso espaço do Continente, surgem personagens e movimentações políticas que influem nessas mudanças de modo que se criam complexas relações entre povos autônomos e as Coroas. A cartografia não poderia ser diferente disso, visto que está dentro do emaranhado de jogos político-administrativos da época. Dessa forma, os mapas sofrem modificações fundamentais

desde o simples ato de colocar a tinta no papel até os desdobramentos que estes agregam na geopolítica regional do extremo sul da América.

Inclusive o fato da própria franja sul portuguesa estar em xeque pelos mais diversos motivos já explicitados mostra como era nada simples a tarefa de colocar um ponto final em uma extremidade de um vasto território. Os conflitos em um lugar repleto de gentes, costumes, línguas e modos de pensar, que naquele momento, em nome da razão iluminista e da pretensiosa ação imperial, acentuam ainda mais os conflitos nas *Debatable Lands*.

Tentamos aqui trazer uma contribuição científica baseada em evidências documentais, paleográficas e iconográficas para tentar expandir ainda mais o conhecimento dentro da Nova História da Cartografia. Nota-se que a área que já possui grandes trabalhos ainda possui lacunas que podem ser preenchidas mediante o fortalecimento dos estudos acadêmicos e fomento a esse tipo de atividade, indispensável para a construção do saber histórico.

Com relação aos engenheiros militares, existiram muitas figuras que ainda podem ser exploradas, mas no recorte deste trabalho, tentou-se colocar luz em um agente que não é muito estudado em monografias. Montanha não é mencionado em muitas bibliografias, muito menos nas recentes, apesar de ter tido um papel importante no cenário que foi exposto aqui. Reitera-se a importância da valorização da pesquisa acadêmica, pois apenas assim foi possível correr atrás de alguns documentos que até então estavam um pouco escanteados. Esse trabalho foi fruto do projeto “*Desconstruindo mapas: os engenheiros militares e a produção cartográfica sobre o fronteira sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro, 1750-1808)*”, organizado pelo professor doutor Fábio Kühn, que teve início em 2018 e originou várias contribuições para o conhecimento de alguns engenheiros militares atuantes no eixo-sul da América Portuguesa.

Estudar esses agentes atuantes colabora para entender-se um pouco melhor como a esfera do poder administrativo Português agia dentro das *Debatable Lands*, o que com certeza engrandece o saber histórico nessa área. Contribui para a compreensão do modo de agir e pensar português na época que se desenvolveu muito ao final do século à medida que as especializações foram ocorrendo. O projeto de desenvolver um vasto *imperium* e todas suas complexidades e ramificações seguia seu curso, englobando as esferas de poder que efetuavam esses avanços de acordo com as diretrizes estabelecidas neste conturbado período.

5 REFERÊNCIAS

Fontes

AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 76, D. 6878. AVISO do [secretário da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao [conselheiro do conselho ultramarino], Alexandre Metelo De Souza E Menezes, solicitando que fossem deduzidas mensalmente dos soldos do capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, Alexandre José Montanha, e do sargento-mor de infantaria, com o mesmo exercício, José Maria Cavagna, destacados para a praça do Rio de Janeiro, as quantias para a manutenção de suas respectivas esposas em Lisboa.

AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 122, D. 9889. REQUERIMENTO do sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro no Rio de Janeiro, Alexandre José Montanha, à rainha [D. Maria I], solicitando um ano de licença para ir ao Reino tratar de assuntos pessoais.

AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 109, D. 9092. OFÍCIO do [Vice-rei do Estado do Brasil], Marquês de Lavradio, [D. Luís De Almeida Portugal Soares De Alarcão Eça Melo Silva Mascarenhas], ao [Secretário De Estado Da Marinha E Ultramar], Martinho De Melo E Castro, informando a chegada do marechal de campo Diogo Funck ao Rio De Janeiro, trazendo notícias acerca do andamento dos trabalhos de demarcação de limites [na América Meridional], e referindo-se à impossibilidade da conclusão correta dos mapas da referida demarcação sem a designação de oficiais hábeis para coordenarem esses trabalhos e corrigirem os erros cometidos; informando que, em resposta à proposta apresentada pelo referido marechal de campo, destacou para esses trabalhos o capitão engenheiro Alexandre José Montanha, [ex-]ajudante de ordens do Marechal Funck com patente de sargento-mor, o Governador José Marcelino na qualidade de 1º comissário, e o coronel rafael pinto bandeira, ambos com conhecimentos profundos e práticos da região do Rio Grande [De São Pedro]e das movimentações castelhanas. (Rio de Janeiro, 08.03.1779)

AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 100, D. 8585. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Marquês do Lavradio, [D. Luís De Almeida Portugal Soares De Alarcão Eça E Melo Silva E Mascarenhas], ao [secretário de Estado Da Marinha E Ultramar], Martinho De Melo E Castro,

comentando a falta de oficiais engenheiros e elogiando a atuação do do capitão Alexandre José Montanhas e do sargento-mor Francisco João Rocio, como engenheiro responsável pela elaboração das cartas e plantas das capitanias do Rio De Janeiro, De São Paulo, Do Rio Grande De São Pedro E Da Ilha De Santa Catarina, tendo sido auxiliado pelos alunos Alexandre Eloi Portelli E António De Sousa Coelho. (Rio de Janeiro, 21.06.1776)

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - Rio de Janeiro - Código de referência: 1431 - 23.02.1431. “*MAPPA GEOGRAPHICO DE HUMA PARTE DA ÁMERICA MERIDIONAL, QUE MOSTRA A BARRA DO RIO DA PRATA, E RIO GRANDE DE S. PEDRO, ILHA DE SANTA CATHERINA ATHE A LAGOA PARANAGUÁ, O QUAL MOSTRA O TERRENO, QUE OCUPÃO OS VASSALLOS DE S.M.T. (...) – Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em legoas francesas, com rosas dos ventos, papel canson, telado, mal estado, medindo 108 cm x 137,5 cm.*”1774-1776.

OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - Coimbra - “*Mappa Geografico de uma Parte da América Meridional*”. 1780.

Bibliografia

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968.

ALDEN, Dauril. *The Undeclared War of 1773-1777*. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 41, No. 1 (Feb., 1961), pp. 55-74.

BARRETO, A. *Bibliografia Sul-Riograndense*. 1976, Vol. II, p. 944-947.

BUENO, B. P. S. *Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)*. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, p. 1.

BUENO, B. P. S. *Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan/dez. 2004.

DUZER, C.V.. *Um acréscimo à coleção de mapas de José Joaquim da Rocha (c. 1740-1807)*. *Terra Brasilis (Nova Série)*. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 13, 2020.

EDNEY, Matthew H. *A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.30-50, jan.-jun. 2007.

- ERBIG JR, J. A. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, 2016.
- FIALHO, D.M. Os mapas “esquecidos” da cidade de Porto Alegre. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural – História cultural: escritas, circulação, leituras e recepções. São Paulo, USP, 2014.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], v. 5, 2009.
- KANTOR, I. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez. 2009.
- KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006.
- OLIVEIRA, T. K. de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 151-174 – 2014.
- OLIVEIRA, T. K. de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- “*Mappa Geografico de uma parte da América Meridional*” In: *Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII*. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 171. (Catálogo de Exposição)
- NEUMANN, E. S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ, L. A.; KÜHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S.; OSÓRIO, H... [et. al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- NEUMANN, Eduardo. Porto-Alegre colonial: uma ocupação luso-platina. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 23, n. 1, p. 81-95, 1997.
- REBELO, Francisco. “Genealogia da família Montanha”. *Revista da ASBRAP*, n. 23, 2017, p. 269-296.
- SANTOS, M.H.R. Cada rua tem um preço: as quantidades e as qualidades do espaço urbano na reconstrução de Lisboa no século XVIII. *Revista de História da Arte*, n. ° 11 (2014), v. 11, p. 352-359, 2014.
- VITERBO, Sousa. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*. 1964, p. 29-30.
- WOOD, Denis; FELS, John. Designs on signs/myth and meaning in maps. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, v. 23, n. 3, p. 54-103, 1986.

Anexo A - Mappa Geográfico “anônimo”, 1774-1776



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - Rio de Janeiro - Código de referência: 1431 - 23.02.1431. “Mappa geographico de huma parte da ámerica meridional, que mostra a barra do rio da prata, e rio grande de s. pedro, ilha de santa catherina athe a lagoa paranaguá, o qual mostra o terreno, que ocupão os vassallos de s.m.t. (...) – Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em legoas francesas, com rosas dos ventos, papel canson, telado, mal estado, medindo 108 cm x 137,5 cm.”1774-1776.

Anexo B - *Mappa Geografico*, 1780



“*Mappa Geografico de uma parte da América Meridional*” In. Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 171. (Catálogo de Exposição)

Anexo C - Manuscrito, 1783

Sr. Alex. José Montanha Sarg.^{to} Mor de In-
 fantaria Comexerc.^o de Enginl.^o no Rio de Janr.^o q. aclamando-se
 empregado no Real Serviço de V. Mag.^e á dezaseis an-
 nos, notando-se com destinta honra Exemplarissimo
 procedim.^o; e creditos de hum off.^o sememerito grange-
 ados assim no tempo da guerra, como no d'apar, sem
 enoumar a trabalho, e a despeza do seu proprio patri-
 monio, e existindo nesta Corte sua m.^{or}, seus filhos e
 hum irmão cego, todos no maior deza danjo, sem
 terem pessoa, q. delles cuide, e evite o ultimo golpe,
 q. ameaça a sua casa, só m.^{te} se lembra o Jun.^o do
 remedio devir pessoalm.^{te} acudir-lhe, e providenciar
 o de q. tanto necessita a cujo fim

REQUERIMENTO do sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro no Rio de Janeiro, Alexandre
 José Montanha, à rainha [D. Maria I], solicitando um ano de licença para ir ao Reino tratar de assuntos pessoais.

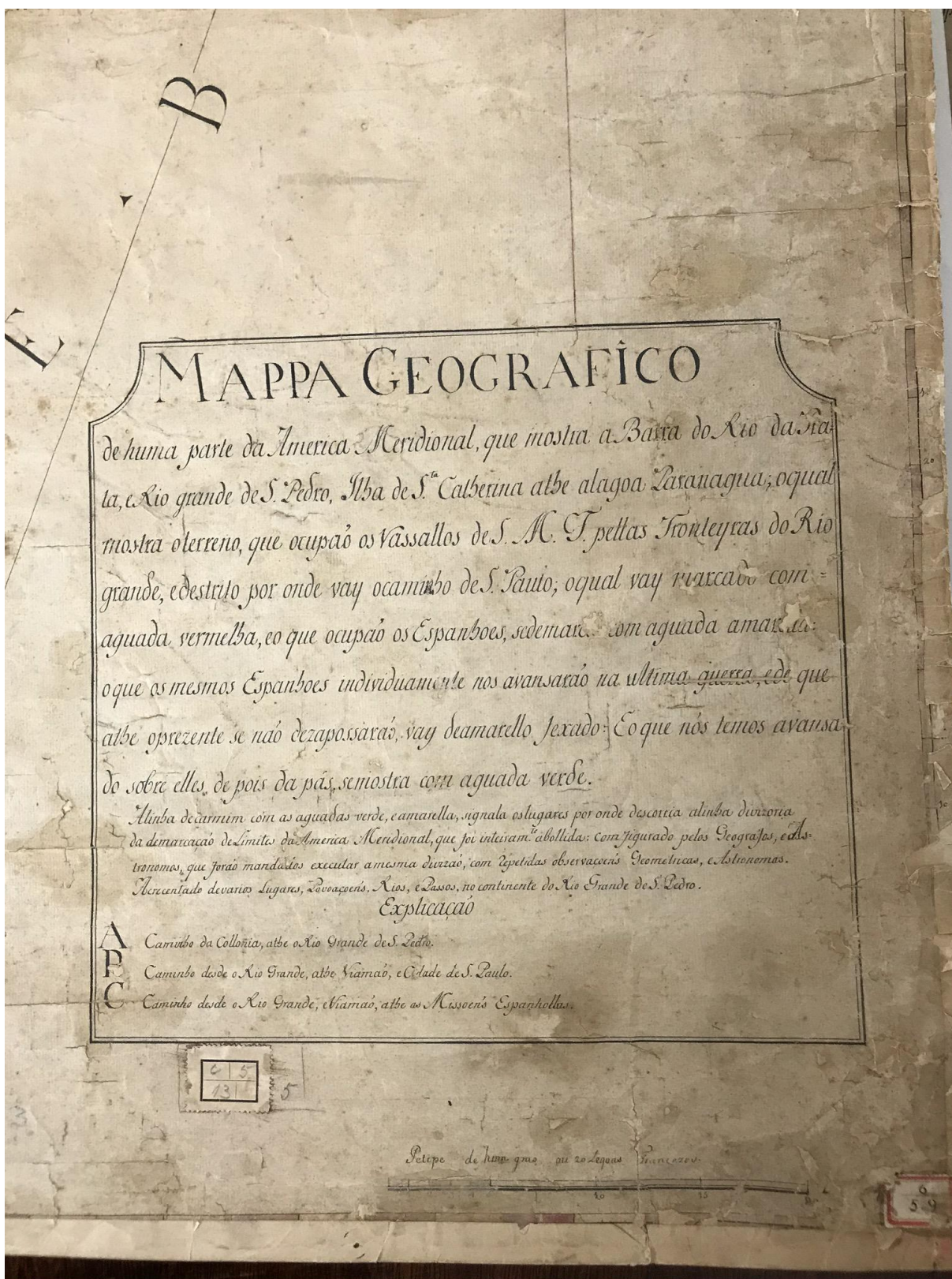
(AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 122, D. 9889)

Anexo D - Detalhe do Mappa Geografico “anônimo”



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - Rio de Janeiro - Código de referência: 1431 - 23.02.1431. “Mappa geographico de huma parte da ámerica meridional, que mostra a barra do rio da prata, e rio grande de s. pedro, ilha de santa catherina athe a lagoa paranaguá, o qual mostra o terreno, que ocupão os vassallos de s.m.t. (...) – Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em legoas francesas, com rosas dos ventos, papel canson, telado, mal estado, medindo 108 cm x 137,5 cm.”1774-1776.

Anexo E - Detalhe da legenda e do sistema de léguas, longitude e latitude no Mappa Geografico anônimo.



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - Rio de Janeiro - Código de referência: 1431 - 23.02.1431. “Mappa geographico de huma parte da ámerica meridional, que mostra a barra do rio da prata, e rio grande de s. pedro, ilha de santa catherina athe a lagoa paranaguá, o qual mostra o terreno, que ocupão os vassallos de s.m.t. (...) – Colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, escala em legoas francesas, com rosas dos ventos, papel canson, telado, mal estado, medindo 108 cm x 137,5 cm.”1774-1776.

Anexo F - Detalhe da legenda, do sistema de léguas e latitude/longitude. Mappa Geografico de Montanha, 1780



“Mappa Geografico de uma parte da América Meridional” In. Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII. São Paulo: Pinacoteca do ESP/ IMESP, 2004. p. 171. (Catálogo de Exposição).

Anexo G - Tabela Comparativa entre o “Mappa Geográfico “anônimo” (1774-1776)” e o “*Mappa Geografico* (1780)”

| Elemento / Mapa | Mappa Geografico “anônimo” (1774-1776) | <i>Mappa Geografico</i> (1780) |
|------------------------------------|---|--|
| Representação | Focada no Rio Grande de São Pedro. | Ampliada até São Paulo e Paraguai. |
| Cores | Grande preocupação em localizar tropas espanholas com diferentes cores. | Preocupação em detalhar territórios que foram reconquistados. |
| Tamanho | 1,08m x 1,375m | 1,83m x 1,81m. |
| Detalhamento | Pouco detalhamento. | Alto nível de detalhamento. |
| Ornamentos Estéticos | Pouca preocupação com a estética | Existe uma preocupação estética na finalização do mapa. |
| Escala de Léguas | Abaixo da legenda. | Abaixo da legenda. |
| Legenda | Explicação das cores e representações do mapa. Caminhos do Rio Grande para três outras localidades. | Explicação das cores e representações do mapa. Caminhos do Rio Grande para oito outras localidades. Explicação dos indicativos de povoamentos e loteamentos. Escala de léguas, ornamentos estéticos e brasão do reino de Portugal. |
| Indicações de latitude e longitude | Coloridas em vermelho e branco. | Coloridas em vermelho e branco. |

